

TERRAMOTO DE LISBOA DE 1755

O QUE APRENDEMOS
260 ANOS DEPOIS?

LUCIANO LOURENÇO
ÂNGELA SANTOS
(COORDS.)



IMPRESA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

**REFLEXÃO ACERCA DA GESTÃO DAS OPERAÇÕES
DE SOCORRO NO TERRAMOTO DE 1755**
REFLECTION ON THE MANAGEMENT OF RELIEF
OPERATIONS IN 1755 EARTHQUAKE

Romero Bandeira

Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar
hmedcat@icbas.up.pt

Sara Gandra

Centro Hospitalar do Porto - Hospital de Santo António
saragandra@gmail.com

Sumário: Portugal, muito especialmente o sul do País, tem pago um pesado tributo aos tremores de terra. De 377 a. C. a 1755 cerca de 350 abalos sísmicos atingiram Portugal Continental e Insular. Lisboa em particular e Portugal em geral ficaram indelevelmente marcados por estes fenómenos, designadamente, quando a 1 de Novembro de 1755 cerca das 9h e 30 m se abateu sobre Lisboa uma catástrofe major e complexa, tendo as estruturas sanitárias da época respondido da forma possível, conforme se procurará explanar. Se não podemos, obviamente, aplicar os conceitos actuais em Medicina de Catástrofe, *ipsis verbis*, a uma megacatástrofe com multivítimas e quadros clínicos polifacetados, designadamente, num terramoto como o de 1755, poderemos, face a estas situações, procurar estabelecer um paralelismo de intervenção baseado em procedimentos actuaism.

Palavras-chave: Gestão, Lisboa, operações, socorro, terramoto

Abstract: Portugal, especially the south of the country has paid a heavy toll for earthquakes. From 377. C. to 1755 about 350 earthquakes hit Portugal mainland and islands. Lisbon in particular and Portugal in general were indelibly marked by these phenomena, in particular, when the November 1, 1755 at about 9 am and 30 m befell Lisbon one major and complex catastrophe, the health structures at the time responded as possible, as will be explained. If we can not, obviously, apply the current concepts in Disaster Medicine, *ipsis verbis*, a major disaster with a significant number of victims and various medical conditions, in particular, an earthquake like the 1755, under these circumstances, seek to establish an intervention parallelism based on current procedures.

Keywords: Management, Lisbon, operations, rescue, earthquake

Introdução

As circunstâncias em que eram conhecidas as hecatombes, anteriormente ao aparecimento dos grandes meios de comunicação social designadamente a televisão, eram profundamente diferentes das actuais. A notícia, hoje, chega de rompanete acompanhada de imagens audio-visuais que penetram no agregado familiar, atingindo todos os escalões etários do mesmo.

Para além da surpresa, desperta reacções que vão da resignação à revolta, passando pelo misticismo, projectando-se cada um a seu modo na situação catastrófica que se lhe depara, equacionando a dita talvez como uma punição divina, e, começando a admitir a hipótese de poder vir a ser uma futura vítima.

A situação deixa assim de estar confinada a um recanto do Planeta, numa determinada hora e data, para passar a ser do domínio público e portanto, a que a solução do mesmo, passe a ser extrapolada, quando é caso disso, para a comunidade internacional.

Os terremotos são um exemplo típico destas hecatombes. Estes passaram a ser medidos em intensidade e magnitude.

De 377 a. C. a 1755 cerca de 350 abalos sísmicos atingiram Portugal Continental e Insular. São de evidenciar, em nossa opinião, os sismos de 1531 e 1755. No primeiro constatamos a acção inolvidável do nosso Gil Vicente, que consignou na época, o conceito de implicado que hoje abordamos em todas as situações catástrofe, designadamente naquelas que configuram uma megacatástrofe. Assim, o implicado no conceito desenvolvido por Noto, é todo aquele que é “atingido” psicologicamente quer tenha estado presente nos locais onde a acção decorreu, ou a muitos quilómetros de distância, tendo tomado conhecimento dos factos só pela comunicação social.

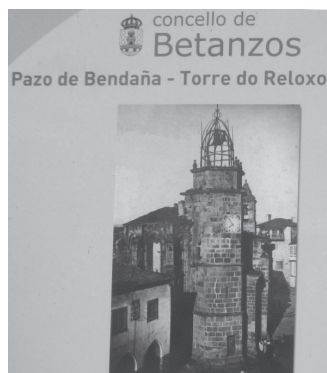


Fig. 1 - A Torre do Reloxo
(Fonte: Turismo en Galicia).

Fig. 1 - The Clock Tower
(Source: Turismo en Galicia).

Portugal, muito especialmente o sul do País, tem pago um pesado tributo aos tremores de terra. Porém o de 1755 atingiu uma dimensão notória, sendo de relevar que atingiu a região da Corunha, sendo disso exemplo a Torre do Reloxo de acordo com o cliché anexo (fig.1), gentilmente cedido pelo Dr. Rui Ponce Leão em 10.10.2015, com base numa pagela de Turismo en Galicia, onde se lê: “*A sua titularidade é municipal e unha das súas máis lembradas reparacións tivo lugar despois do afamado terremoto de 1755 que devastou Lisboa e toda a costa atlántica galego-portuguesa.*”.

Acerca destes dois terremotos muito se tem escrito, sobretudo quanto ao ultimo, em que nas Comemorações do 250º Aniversário se deram ao prelo inúmeras publicações desde a organizada por Buescu et al. (2006) às magníficas colecções publicadas sob a égide do Jornal “o Público” e Fundação Luso-Americana. Porém, das múltiplas que consultamos, não encontramos aportes significativos em termos de Medicina de Catástrofe.

Sismo de 26 de janeiro de 1531

Lisboa, a capital do Império Português, alcançou em meados do século XVI um tal grau de desenvolvimento e prestígio que a impôs a todo o Continente Europeu.

A cidade de Lisboa em 1551 foi objecto de um estudo por parte de Custódio Rodrigues de Oliveira (1987). Os apontamentos coligidos nessa obra fizeram dela um dos primeiros documentos de âmbito estatístico não só referindo dados demográficos com interesse, mas também elementos de natureza económica, administrativa, religiosa e assistencial.

Na época, de acordo com o autor citado apresentava dez mil casas, com dezoito mil vizinhos, excluindo a Corte, assim como uma população flutuante marcada.

Aos dezoito mil vizinhos correspondiam cem mil pessoas, incluindo nove mil novecentos e cinquenta escravos.

Tinha trezentas e vinte e oito ruas, cento e quatro travessas, oitenta e nove becos e sessenta e dois postos que não ruas.

De comprimento tinha três mil e cem passos e de largura mil e quinhentos; de cerco, sete mil passos e dado o acidentado do terreno não era possível vê-la toda do mesmo plano. Do lado do mar tinha vinte e duas portas e de terra dezasseis, e, setenta e sete torres nas muralhas.

No plano assistencial refere-se à Confraria da Misericórdia e no concernente à Ordenação das Irmãs da Misericórdia, alude à existência de tumbas sempre prontas a serem utilizadas, com a finalidade de todo o cadáver insepulto, ser enterrado.

Quanto aos hospitais que havia na cidade, menciona desta o Hospital de Todos os Santos, - que será mais dilatadamente tratado no capítulo próprio - com três enfermarias muito grandes em cruz e duas outras mais pequenas, totalizando noventa e oito camas. Existiam ainda cinco camas destinadas à Ordem de S. Francisco, totalizando cento e três leitos.

Em piso inferior sob estas enfermarias existia um asilo para peregrinos e pedintes com a mesma lotação.

Havia botica, sangrador e vários tipos de pessoal auxiliar e ainda "uma casa para doidos".

A superlotação hospitalar era uma constante na época dado que habitualmente se encontravam nas enfermarias cento e cinquenta doentes obrigando a estar dois por cama.

O corpo clínico era constituído por três físicos e dois cirurgiões.

As "Ordenanças dos Enfermos" especificam a metodologia utilizada na admissão dos doentes, a sua triagem e respectivo internamento destacando a acção do enfermeiro-mor.

As crianças abandonadas à porta do Hospital, da Misericórdia ou pela cidade eram recolhidas no Hospital (Oliveira 1987).

Ainda alusivo à mesma época a obra intitulada Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552 (Brandão 1990) proporciona dados importantes designadamente os "*géneros de ofícios que há em Lisboa, com o número de tendas e de trabalhadores*". Na área da saúde menciona que havia 42 boticas, e em cada uma mestre e criado; tinha a cidade 40 físicos e 40 cirurgiões; possuía ainda 50 cristaleiras ou clistereiras, na forma erudita, que "*não têm outro ofício senão deitar cristéis*" e informa-nos de que a ermida de S. Sebastião da Padaria, era o local onde estava sediada a Provedoria da Saúde.

O sismo de 26 de Janeiro de 1531, terá ocorrido a uma quinta-feira entre as 4 e as 5 horas da manhã, seguindo-se outros abalos às 7 horas e ao meio dia (Henriques *et al.* 1988).

As informações quanto às perdas humanas, não são coincidentes mas infundem a ideia de que "morreu" muita gente. Há-as referidas ao desabamento de 1500 casas, com o soterramento dos que nelas viviam, outras mencionando o número de mortos, que oscila entre 3 a 7 pessoas e 2000.

O número de vítimas deve ter atingido várias centenas ou milhares; a maioria das informações são nisso coincidentes.

A morte de 3 a 7 pessoas só é testemunhada por António Castilho e deve-se provavelmente ao facto do Cronista Oficial do Reino, não pretender denegrir o reinado de D. João III, com uma hecatombe considerada como castigo divino pela sociedade dissoluta.

Fora de Lisboa e ainda de acordo com os mesmos autores houve zonas de maior e de menor impacto; as actuais regiões da Estremadura e do Ribatejo foram as que mais sofreram. As informações contêm habitualmente a expressão "morreu muita gente" ou "morreu infinita gente", sem haver a possibilidade de quantificar com exactidão.

O pânico apoderou-se das pessoas, e os que permaneceram na capital muitos não se despiam nem se deitavam com medo de mais abalos e muitos outros refugiaram-se no campo vivendo em tendas e cabanas, apesar das intempéries.

O subtil Gil Vicente, que não se encontrava na capital, escreveu ao Rei, chocado com a forma como os frades dramatizavam a situação (Gil-Vicente 1907; Salvado 1993), tendo contribuído decisivamente em Santarém para a acalmia da situação.

"EXCERTOS DA CARTA QUE GIL VICENTE MANDOU DE SANTARÉM A EL-REI D. JOÃO III., QUE SE ENCONTRAVA EM PALMELLA, SÔBRE O TREMOR DE TERRA DE 26 DE JANEIRO DE 1531

Senhor

Os frades de cá não me contentarão, nem em pulpito nem em prática, sôbre esta tormenta da terra que ora passou; porque não abastava o espanto da gente, mas ainda elles lhe affirmavão duas cousas, que os mais fazia esmorecer. A primeira, que pelos grandes pecados que em Portugal se fazião, a ira de Deos fizera aquillo, e que não fosse curso natural, nomeando logo os peccados por que fôra; em que pareceo que estava nelles mais soma de ignorancia que de graça do Spirito Sancto. O segundo espantallo, que á gente puzerão, foi, que quando aquelle terramoto partio, ficava ja outro de caminho, senão quanto era maior, e que seria com elles á quinta feira hua hora depois do meio dia. Creu o povo nisto de feição que logo o sabirão a receber por esses olivæas, e ainda o lá esperão. E juntos estes padres a meu rôgo na crasta de S. Francisco desta villa, sôbre estas duas proposições lhe fiz hua falla...

Concruo que não foi este nosso espantoso tremor, ira Dei; mais ainda quero que me queimem, se não fizer certo que tão evidente e manifesta foi a piedade do Senhor Deos neste caso, como a furia dos elementos e damno dos edificios...

E depois de feito Deos e homem, deitou outro pregão sôbre o mesmo caso, dizendo aos discipulos: não convem a vós outros saber o que está por vir, porque isso pertence á omnipotencia do Padre...

Concruo, virtuosos padres, sob vossa emenda, que não he de prudencia dizerem-se taes cousas pubricamente, nem menos serviço de Deos; porque prégár não hade ser praguejar...

E eu fiz esta diligencia e logo ao sabado seguinte seguirão todolos prégadores esta minha tenção."

Sismo de 1 de novembro de 1755 – da estratégia à tática

Lisboa em particular e Portugal em geral ficaram indelevelmente marcados por este fenómeno sísmico, tendo-se generalizado a ideia, de que só poderão ser designadas por catástrofes, as situações análogas.

Tal foi o impacto que aquele sismo deixou, que, ainda em 1992, Vitório Kali publicou, na editora Amadis, um livro intitulado o Terramoto, que o próprio autor definiu como um romance alquímico e que vem a ser a premonição dum hipotético “futuro terramoto” de Lisboa.

Lisboa nas vésperas do terramoto seria uma “*formosa estrebaria*” no dizer do Cavaleiro de Oliveira, mas era, isso sim, uma urbe de estrutura amalgamada e anacrónica, com enxertos de novas construções irregularmente distribuídas junto às ruas, sem escoamento para o tráfego crescente, e em condições de salubridade paupérrima (Santos *et al.* 1987)

Quando a 1 de Novembro de 1755 cerca das 9h e 30 m se abate sobre Lisboa uma catástrofe *major* e complexa, as estruturas sanitárias da época responderam da forma possível.

Tratou-se de um Terramoto acompanhado de um Maremoto e de um Incêndio de proporções gigantescas que vitimaram milhares de pessoas.

Outras regiões do País não ficaram indemnes, designadamente o Algarve.

Teriam sido destruídos na capital cerca de 10 mil edifícios e o número de mortos avançados estaria compreendido entre 6 e 90 mil, aceitando Saraiva (1993) o número de 12 mil, de acordo com os cálculos mais autorizados e plausíveis.

Com base no trabalho de Gunn (1988) em que os ratios de morbidade/mortalidade observados em quatro terremotos *major*, designadamente na Nicarágua 1972, Paquistão 1974, Guatemala 1976 e Itália 1980, em que a proporção foi de 3.3 feridos para 1 morto, estaríamos perante cerca de 40 000 feridos.

Assumindo a direcção dos Socorros, o Marquês fez expedir ordens locais e para todo o País, tendo organizado aquilo que hoje designaríamos como um Gabinete de Protecção Civil.

O próprio Ministro mandou publicar em 1758 um livro, intitulado "Memórias das Principais Providências que se deram no Terramoto que Padeceu a Corte de Lisboa no ano de 1755", sob o pseudónimo de Amador Patricio de Lisboa (Saraiva 1993). Os documentos designadas por Avisos, Portarias, Decretos, Instruções, Ordens etc. (Lisboa 1758) em número de 283, estão ordenados sob o título genérico de Provisões naquela obra. Juntamente com outros que dela não constam (Nogueira 1934), foram os instrumentos legais de que o Marquês se serviu para gerir a crise. Os que se reputam directamente relacionados com as vítimas, constituem o Apêndice A e B.

O conhecimento moroso das consequências do Terramoto, fruto das difíceis comunicações na época, pode exemplificar-se com o texto seguinte (Sousa 1982):

"... a triste nova dessa horrorosa catástrofe chegou ao conhecimento da legação de Portugal em Paris, segundo um extracto do officio que o nosso representante diplomático remeteu para a Corte, a 24 daquele trágico mês de Novembro:

<<... Louvado seja a divina bondade que se serviu preservar as preciosas Vidas dos Reis N. Ses. e mais Real familia do funesto estrago que Cauzou nessa Cidade o terremotto Succedido no 1º deste Mez cuja Notificação chegou a esta Corte na madrugada deterça feira passada 18 do Corrente, dia em que fomos Comprimentar S. M. Xp.^a pelo Nascimento do Conde de Provença; mas o Sobredito Monarcha logo que entramos na Sua Camara sem esperar que o felicitassemos, veyo a Mim para me perguntar se tinha recebido Noticias de Lisboa; e dizendolhe que não sabia mais que as da posta do 21 de 8. bro e que Se havia alguma ulterior que S. M. houvesse sido informado quizesse ser servido participarme. Me dice, com demonstraçoens de grande magoa que por hum Corº de M de Bachi tinha recebida a triste nova da ruina de Lisboa ajuntando que S. S. M. M. e a Sua Real família Se tinhaõ

Salvado no Sitio de Bellem onde Se achavaõ e felicitandome pela Conservação de Suas preciosas vidas, Me encarregou de fazerlhes presente quanto sentia tão grande desgraça

<< Logo que sabi do aposento de El Rey fuy a Caza de M. Rouillé que Me Comunicou a Carta do Conde de Bachi na que vi Com a Maior dor do Meu Coração a horrorosa Narração que fez do estrago da nossa infausta Capital e da grande Mortandae dos seus habitantes.

<< A minha excessiva e justa dor por tão infeliz Successo me não tem permitido Sahir de Caza onde em Companhia do Balli D. João de Souza e D. Henrique de Menezes estamos esperando Com impaciencia e temor a chegada da posta futura para sabermos alem da perda geral que experimentamos a que Cada hum em p.ar devera Sentir porque tão infeliz estrago Não podemos esperar excepção, e não havendo visto por esta triste razão Mais que o Embaixador de Espanha que nos faz fiel e Sincera Companhia na nossa desgraça, não tendo Sabido Cousa alguma de Noticias publicas que possa refferir a V. Ex^a nem quando as soubesse teria força para participarlhas pelo abatimento em que me tem posto a nossa Comum infelicidade>>...”

O material iconográfico que correu a Europa, em gravuras Franceses, Ingleses e Alemães foi profuso; ultimamente, testemunhos de súbditos britânicos ao tempo residentes em Lisboa, foram coligidos e publicados (Machado-de-Sousa e Nozes 1990).

O Marquês promoveu de imediato um inquérito. Por meio de uma ordem datada de 20 de Janeiro de 1756 para os responsáveis eclesiásticos das Dioceses, solicita-lhes que o Inquérito - de que se apresenta cópia do que foi enviado pelo Bispo de Coimbra ao seus párocos - seja respondido, guardando segredo do resultado do mesmo (Themudo-Barata et al. 1988).

O clero era efectivamente a classe que podia dar, e deu, resposta cabal ao Inquérito, com verdade e exactidão, mantendo o secretismo ordenado, no sentido de não alarmar a opinião pública.

Deve ser realçada a qualidade do Inquérito, tanto na metodologia seguida, como nos assuntos que foca.

Mais tarde em 1758, acha-se, através das Memórias Paroquiais de Lisboa (Portugal e Matos 1974), o tipo de mais um Interrogatório, que foi enviado aos

párocos do País. Das 39 freguesias representadas na obra aludida, comprova-se exaustivamente que o Interrogatório vem complementar o Inquérito anterior, designadamente a pergunta 26, sobre o tema: *”se padeceu alguma ruína no Terramoto de 1755, e em quê, e se já esta reparado”*.

No trabalho sobre sismicidade histórica de Portugal Continental, Moreira (1991) faz uma análise detalhada dos principais sismos que afectaram Portugal desde 60 ou 63 A. C., e, em relação ao megassismo de 1755, após aturada consulta das *”Memórias Paroquiais”* coligida pelo Padre Luis Cardoso, apresenta os resultados das suas pesquisas; em função delas conclui-se que nos distritos de Viana de Castelo, Braga, Vila Real, Bragança, Porto, Aveiro, Viseu, Guarda, Coimbra e Castelo Branco nada há a valorizar quanto a danos materiais ou perdas humanas, sendo interessante a informação provinda de Vila Nova de Gaia, que dizia: *”Não padeceu esta Vila coisa considerável no terramoto de 1755, maior que o susto”*.

Este autor numa clara síntese quanto á intensidade do sismo por localidades traçou o quadro seguinte (QUADRO I):

QUADRO I – Sismicidade na História de Portugal Continental.

TABLE I – Seismicity in the history of Continental Portugal.

LOCALIDADE	INTENSIDADE
	(escala de Mercalli modificada, 1956)
Aljezur, Silves, Loulé, Vila do Bispo, Lagos, Albufeira, Faro e Sagres	X
Cascais, Lisboa, Sesimbra e Setúbal	IX-X
Vila Franca de Xira, Sines, Monchique, Salir, Castro Marim e Tavira	IX
Cabo da Roca, Torres Vedras, Alenquer, Moita, Palmela, Alcácer do Sal e Santiago do Cacém	VIII-IX

Entroncamento, Santarém, Salvaterra de Magos, Benavente, Mourão e Moura	VIII
Peniche, Óbidos, Porto de Mós, Vila Nova de Ourém, Gavião, Chamusca, Almeirim, Vila Viçosa, Serpa e Odemira	VII-VIII
Ovar, Aveiro, Pombal, Ancião, Figueiró dos Vinhos, Alvaiázere, Cadaval, Rio Maior, Batalha, Leiria, Tomar, Vila Nova da Barquinha, Golegã, Mação, Castelo de Vide, Marvão, Crato, Alter do Chão, Avis, Fronteira Monforte, Coruche, Mora, Elvas, Arraiolos, Montemor-o-Novo, Redondo, Évora, Reguengos de Monsaraz, Portel, Vidigueira, Cuba, Ferreira do Alentejo, Beja, Aljustrel, Castro Verde, Ourique, Mértola, Almodôvar e Alcoutim	VII
Cantanhede, Arronches e Campo Maior	VI-VII
Monção, Barcelos, Guimarães, Vila do Conde, Arouca, Almeida, Arganil, Idanha- a-Nova, Castelo Branco, Vila de Rei, Sardoal, Abrantes, Ponte de Sôr e Portalegre	IX
Porto	V-VI
Melgaço, Valença, Caminha, Viana do Castelo, Chaves, Vinhais, Valpaços, Braga, Macedo de Cavaleiros, Vila Nova de Famalicão, Alfândega da Fé, Mogadouro, Vila Flor, Matosinhos, Lamego, Penedono, Moimenta da Beira, Sátão, Pinhel, Fornos de Algodres, Vilar Formoso, Águeda, Guarda, Sabugal, Belmonte, Oliveira do Hospital, Covilhã, Fundão e Oleiros	V

In: Moreira V (1991)

Lisboa e toda a faixa costeira até ao Algarve, inclusivé esta província, tal como o autor a designa, foram as zonas mais atingidas.

Na situação de catástrofe criada pelo terramoto, o protagonismo do Marquês de Pombal, como gestor da crise, tem sido analisado e posto em causa por vários autores, que, não lhe atribuem algumas das medidas que tradicionalmente andam ligadas ao seu nome.

Logo após o terramoto, D. José que se encontrava em Belém, inepto e aterrorizado perguntou: «E que se há-de fazer agora?». O velho Marquês de Alorna, D. Pedro de Almeida respondeu-lhe em voz calma: - «*enterrar os mortos, cuidar dos vivos, e fechar os portos*». Esta resposta tem um interesse excepcional por que se a primeira e segunda partes da resposta são objectivas, a alusão ao encerramento dos portos, do ponto vista sanitário e de segurança era fundamental para a Época. O Rei pretendia ainda inculcar a todos a ideia de que o palácio que Sebastião de Carvalho possuía na Rua Formosa, tinha sido salvo por milagre; nesta conjuntura o Conde de Óbidos observou a sua majestade: «*Certo é, senhor; mas semelhante protecção acharam também em Deus as moradoras da Rua Suja*» (Sotto-Mayor 1906).

É dever da História valorizar a acção do Marquês, mas dentro dos parâmetros reais. Apoiado em competentes colaboradores, presidiu ao que hoje poderíamos genericamente designar como um Centro Coordenador de Operações de Emergência de Protecção Civil, nos subsequentes trabalhos de socorro. Camilo Castelo Branco nas páginas do seu livro «Perfil do Marquês de Pombal», no capítulo sobre o Marquês de Pombal e o Terramoto, escreve brilhantemente e sem peias, como é seu apanágio, que: «*O Ministro na sua posição oficial fez o que lhe cumpria. Não fugiu de Lisboa. Nenhum dos seus colegas fugiu. Se fugisse, alguns dos seus cooperadores seria investido da sua autoridade e do expediente que as circunstâncias aconselhavam a qualquer inteligência mediana*»; e mais adiante... «*Em quanto Sebastião de Carvalho, de luneta no olho, e as costas direitas no respaldo da poltrona presidencial, assistia às conferências, viam-se por entre dos escombros da cazaria arrasada os parochos e as religioens salvando os moribundos e sepultando os mortos*».

A matéria legislativa dimanada sob a forma de Providências, teve a sua génese nas juntas civis, eclesiásticas e técnicas. Na área que mais nos interessa, a da saúde, ela partiu dos técnicos que constituíam a junta dos facultativos.

Logo no mês seguinte ao terramoto entrou uma Armada Inglesa com socorro alimentar e pecuniário, tendo sido os bens alimentares precariamente recolhidos em armazéns, onde, grande parte deles permaneceu durante dois anos, deteriorando-se.

A França e a Espanha também ofereceram auxílio financeiro, que foi recusado, com sobrançeria. Só foi aceite o auxílio de Inglaterra por provir de nação aliada. Alguns autores dizem que o motivo foi diferente. As duas primeiras nações ofereceram os Socorros ao Rei, e a Inglaterra directamente a Pombal, tendo a moeda sido distribuída em boa parte pelos protegidos do Ministro. (Sotto-Mayor 1906; Lúcio-d'Azevedo 1922).

Hoje, em algumas situações, há autores que consideram haver situações de catástrofe que acarretam benefícios, mormente se elas vão permitir prevenir ou predizer outras, de mais gravosas consequências. O facto não é inédito e o Marquês compreendeu que, o megassismo, era uma oportunidade política. Assim, é o autor do Discurso, de que se reproduz uma pequena parte (Pombal 1833):

«Discurso Politico sobre as vantagens, que o Reyno de Portugal pode tirar da sua Desgraça por Occazião do Terremoto primeiro de Novembro de 1755

§ 1.

A política não he sempre a cauza das Revoluções dos Estados.. Phenómenos espantózos mudão frequentemente a face dos Imperios. Póde dizer-se, que estes descartes da natureza são algumas vezes neccessarios...

§ 2.

Se os Governos ambiciozos (fallo daquelles que arrastrão tudo para si, que se considerão sós no Mundo, cujo fim he a pobreza do Universo, e cujo principio he a dominação Universal) se estes Governos, digo eu, se não vissem embaraçados pelas Cauzas Physicas nos projectos da sua grandeza, perigoza habitação seria a terra...

§ 4.

Porém, dirão, he necessario que se abra a Terra, que se transtornem Províncias, que se subvertão Cidades, para dissipar as cegueiras de certas Nações illustradas para o conhecimento de seus verdadeiros Interesses? Sim, afoutadamente o digo; em hum certo sentido, assim he necessario. Dizer-se há que os Elementos mesmos, tem hum certo instincto para embaraçar, que a Terra toda, não venha a ser preza, de certos Póvos ambiciosos...

§ 5.

Huma nação ambicioza surdamente há muito tempo no Poder de seus vizinhos... Já tudo estava prompto para pôr em ferros huma parte da Europa, quando o Phenómeno acontecido em Portugal, desbaratou todos os seus Projectos.

§ 9.

Da mesma fôrma que as Innundações são necessarias aos Rios extravazadas, para os fazer correr no natural leito, donde tinha sabido, pôde haver cázos onde para restabelecer hum Estado he necessario que hum Estado seja em parte anniquillado, e que o seja por algum Acontecimento extraordinario. Depois do Phenómeno o Terramoto do 1 de Novembro de 1755 huma nova claridade se derramou sobre os espiritos; havendo o tremor que experimentou o Governo Politico, e Civel destruido os Prejuizos; visse as dezordens, o habito, e o encadeamento d'huma infinidade de estranhas couzas, com ellas estavam ligadas, e embaraçavão, e fazião, que não sahisses.»

Também nos finais do séc. XVIII, em 1756, por meio de uma carta publicada em Lisboa toma-se conhecimento que igualmente a Itália, mais precisamente Pádua, tinha sofrido um sismo de grande intensidade. As informações quanto à prestação de cuidados médicos são limitadas, o que não é para estranhar, atendendo ao tipo de socorro urgente em uso, ao tempo. Não podemos esquecer, de acordo com Santos (1995), que “*Em Lisboa, só vinte anos após a repartição da cidade por três zonas, isto é, só em 1734, foi adoptada e regulamentada uma nova estrutura que como inovação, atribuiu, pela primeira vez o termo bombeiro aos*

trabalhadores do serviço de incêndios.” E, igualmente de acordo com Valente(1995) a “*experiência e saber dos carpinteiros da Ribeira das Naus terão sido utilizados em benefício da cidade de Lisboa , quer nos aspetos relacionados com a prevenção dos incêndios , quer mais directamente com o seu combate*”. Pese embora o facto que a debilidade já patenteada dos meios de Socorro na intervenção do incêndio em 1750 do Hospital Real de Todos os Santos, tenha sido profundamente exacerbada pelo Terramoto, condicionou uma reflexão profunda sobre esta problemática, que culminou com a nomeação do mestre calafate Domingos da Costa, em Janeiro de 1766, para o cargo de “Capitão das Bombas”, considerado assim o primeiro Comandante de Bombeiros Municipais.

Devemos ter igualmente presente que no Século das Luzes o Hospital Real de Todos os Santos foi, até ao Terramoto de 1755, a unidade hospitalar de referência, conforme podemos facilmente aquilatar consultando Carmona (1954) e Moita (1992). Não podemos esquecer a insigne acção e influência de Ribeiro Sanches (1763) na formação dos alunos de Medicina, mormente quanto à preparação dos mesmos para as situações de urgência clínica. Merece ser consultado o apêndice que este autor anexou ao *Tratado da Conservação da Saúde dos Povos*, publicado em 1756, intitulado *Considerações sobre os terramotos com referência ao último de 1 de Novembro de 1755* (Araújo 2005). O ambiente , neste século , era de tal ordem propício à divulgação de conhecimentos do foro médico que no final do mesmo é publicado, pela Academia Real das Ciências um pequeno manual de 30 páginas subordinado à temática “*Avisos interessantes sobre as mortes aparentes*” de Pia e Gardanne (1790).

As notícias do megassismo de 1755 tinham abalado a Europa. O medo constringia as pessoas. A carta que aqui se extrata disso é testemunha (F. A. de OL. 1756):

"NOTICIA

Meu Amigo do coração, estimei a ultima que V. m. recebi pela noticia da sua feliz saude, sintindo juntamente a magoa que o acompanha na grande, e sensível perda de todos os seus bens, que lastimosamente me diz perdera no trágico, e infeliz sucesso que experimentou essa Cidade...

Naõ ignora V. m. que esta Cidade he huma das mais formosas, naõ só de toda a Italia, mas de toda a Europa; o clima delicioso, os ediffícios soberbos, os passeys divertidos, os jardins vistosos, os monumentos celebres a constituem digna da fama, e attençaõ de todos: he o lugar em que honorificamente se acha depositado o Corpo do grande Portuguez Santo Antonio...

Aos dezasete dias do mez de Agosto do presente anno de 1756 estando o Ceo sereno claro, e sem-nuvens, depois de terem dado as onze horas e meya do dia repentinamente se escureceu o ar, e congressaraõ as nuvens de tal sorte, que pareciam serem Ave Marias, ou o primeiro crepusculo da noite, repentinamente se levantou um vento taõ forte, horroroso, e tirrivel, que arrancou os telhados, e tectos das casas desta Cidade, impedindo á gente a fugida por ser taõ forte, que levava as pessoas quasi pelos ares até as derrubar na terra; os campos experimentaraõ ruina irreparavel, porque as arvores mais fortes por natureza se arrancaraõ da terra, ficando destruidos os jardins, hortas e pomares, sendo taõ grande este estrago, ainda passou além do referido a perda, por que muitos carros, que hiaõ carregados, foraõ lançados por este furacaõ a distancia muito grande, morrendo todos os animais, que os conduziaõ. O famoso, e celebre rio Brenta experimentou as produçoens do mesmo estrago, porque quasi todos os barcos, que nelle se achavaõ foraõ despedaçados, perdidas as cargas de alguns, e mortos alguns dos que os governavaõ.

Considere V. m. entre tante confusaõ os gritos dos afflitos, e as lagrimas de todos, que ferindo os ares com suspiros imploravaõ de Deos a misericordia, e o remedio...

Naõ se passariaõ cinco minutos quando a terra entrando-se a mover desconjuntada em si mesmo, começou a pôr em susto a todos os moradores, cresceo a confusaõ, e o temor ao mesmo tempo que se augmentava o Terremoto...

Finalmente sem encarecimento a metade de Padua ficou destruida, e inhabitavel, naõ so por estes tres Terremotos, que foraõ os mais fortes, mas tambem por outros que se seguiraõ, e foraõ mais de dez só neste dia,

continuando ainda até o ultimo do mesmo mez interpoladamente: o que alem de tudo faz este successo deploravel he o grande numero de pessoas, que ficaraõ sepultadas em suas habitações.»

A carta termina dizendo que foram feitas preces invocando a protecção Divina, a exemplo do que pela mesma altura se passava em Lisboa."

Reflexões conclusivas

Analisando os documentos constantes do Apêndice A e B, constata-se que quem exerceu a verdadeira função de Director das Operações de Socorro (DOS), como hoje a designaríamos, foi o Monteiro-Mor do Reino, coadjuvado pelo Duque Regedor.

A designação de Director das Operações de Socorro, sem a individualizar para qualquer País, evidentemente consubstancia o entendimento classicamente adoptado face à gestão e coordenação das operações de Socorro, quer, por exemplo pela Société Française de Medecine de Catastrophe (SFMC), quer pela Société Européenne de Medecine de Sapeurs Pompiers (SEMSP), perante este tipo de exercício de funções no terreno. Noto et al.(1994) e Huguenard (1996).

O título e as respectivas funções de Monteiro-Mor foram atribuídos desde 1470, sendo o seu 1º titular Rui Borges e o 15º e último, em 1859, D. José de Mello da Cunha de Mendonça e Menezes, 3º Marquês de Olhão.

Ao tempo do Terramoto de 1755 exercia as respectivas funções Fernando José de Mello, que as desempenhou entre 1750 e 1760,. As funções de Duque Regedor, eram exercidas por D. Pedro Henrique de Bragança, 1º Duque de Lafões, cujo Título foi atribuído em 1718 e que faleceu em 1761. Estas duas personalidades tiveram um comportamento notável na gestão das operações de socorro, como hoje poderíamos definir, de acordo com os documentos da época.

Para além do Povo Anónimo, muitos elementos do Clero e da Nobreza, nobilitaram-se verdadeiramente pelos seus actos no terreno (Costa 1964).

Na fase de pós-catástrofe, relativamente à área económica, houve erros profundos. A população de Lisboa, sobretudo a mais desprotegida encontrou-se perante uma dramática falta de alimentos.

Não pode ser olvidado o facto que outras regiões, designadamente a Galiza, como pudemos aquilatar, possam ter sofrido consequências, mesmo que em escala menor, do megasismo de Lisboa.

Em termos de gestão de crise, previsão de novas ocorrências e reorganização na fase pós- catástrofe, na Época, era impossível proceder de outro modo face aos meios existentes, podendo mesmo afirmar-se, em nossa opinião, que a operacionalidade possível foi exemplar.

"APÊNDICE A
PUBLICAÇÃO:

MEMÓRIAS DAS PRINCIPAIS PROVIDÊNCIAS, QUE SE
DERÃO NO TERREMOTO, QUE PADECEO A CORTE DE
LISBOA NO ANO 1755

POR: AMADEO PATRICIO DE LISBOA. 1758

EXTRACTO:
INDÍCE DAS PROVIDÊNCIAS

PROVIDÊNCIA I *Evitar o receio da peste, que ameaçava a corrupção dos cadáveres, sendo inúmeraveis, e não havendo vivos para os sepultarem pela precipitada, e geral deserção dos moradores de Lisboa, pág. 4 e 43*

PROVIDÊNCIA II *Evitar a fome, que necessariamente que se havia de seguir, não só pelo motivo de não haver quem conduzisse os viveres; mas porque muitos Armazéns deles haviam sepultadas ruínas, e abrazado o incêndio, pág 6 e 58*

PROVIDÊNCIA III *Curar os feridos, e doentes, que estavam desamparados nas ruas em perigo certo de morrerem, pág 9 e 87*

PROVIDÊNCIA IV *Reconduzirem-se os moradores de Lisboa, que haviam desertado, para se estabelecer a povoação, sem a qual nada se podia fazer, pág. 11 e 94*

MEMÓRIAS DAS PRINCIPAIS PROVIDÊNCIAS

§ III

Muito havia a que acudir em dias de tanta calamidade; mas a tudo satisfazia o péssimo coração de El Rei, e o zelo incomparável do seu Ministério. Entre todas as necessidades, a dos feridos, e doentes, que Deus preservara da morte entre tantas ruínas, estava chamando, mais que outras, pelo prompto remédio. Não tardou este; porque o cuidar dos mortos, dos famintos, e dos enfermos foi tudo um tempo.

Logo se destinaram os celeiros do magnífico Mosteiro dos Monges Beneditinos, os do Conde de Castelo-Melhor, e o Palácio de D. Antão de Almada para públicas enfermarias, além daquelas, a quem perdoara o incêndio no Hospital Real de Todos os Santos. Não foram tumultuarias (quais sofreriam aquele tempo) as Providências, que se deram a esta necessidade; antes se passaram com tanta prudência, e acordo, que não se confundiram em um mesmo lugar os sexos, os feridos, e os enfermos de diverso mal.

Todos experimentaram com liberalidade a piedosa grandeza de El Rei, sendo assistidos de promptos remédios, cirurgiões, e enfermeiros. A tanto cuidado deve hoje suas vidas um considerável número de pessoas, que são outros tantos pregoeiros da liberalíssima caridade do seu soberano. Até a mesma Rainha com suas reais filhas quiseram ter parte em tanto merecimento; porque com suas mesmas mãos [nunca mais ilustres] trabalharam em desfilar panos, e cozer roupa para remédio, e abrigo dos mesmos doentes. Quando nas vidas de Santas Princesas lemos ações semelhantes, a uns causam vergonha, a outros edificam, e a todos espanto: deveriam também agora causar os mesmos efeitos. Um exemplo tão raro, como era para fazer tanta emulação, teve logo quem o seguisse em todas as senhoras da corte, ocupando-se, como à contenda, em tão piedoso exercício.

Os religiosos empenhados [como já vimos] em não perder ocasião de agradar ao bom Senhor, a quem servem, e de mostrar igualmente o quanto são úteis ao público em todos os tempos, com especialidade nos calamitosos, praticaram também nesta parte caritativos extremos. Vimos a uns levar a

seus ombros muitos feridos às públicas enfermarias, e a outros servir nelas com a cuidadosa assistência, que estavam pedindo as leis da fraternidade, e as circunstâncias da ocasião. Religiões houve, que santificaram mais seus Conventos, recebendo neles, e curando a um grande número de tais necessidades: deste modo salvaram à República muitos homens, que lhe seriam pesados, e inúteis, se depois vivessem ociosos sem o uso de seus membros.

Neste tempo, em que a rara piedade de El Rei se ocupava em mandar expedir remédios tão providos, para livrar aqueles, a quem as ruínas deixaram maltratados, mas vivos; teve notícia, de que aos presos das cadeias públicas, que estavam enfermos, faltavam camas, que lhes suavisassem o mal de suas doenças. Promptamente mandou ao Tenente General da Artilharia do Reino, que das barracas, e camas, que se achavam nos armazéns da Milicia, desse à ordem do Duque Regedor todas as que fossem necessárias; piedade que evitou muitas mortes, e consolou aqueles miseráveis, vendo que, não obstante suas culpas, até eles eram objecto do caritativo coração do seu Príncipe, enternecido com suas lástimas.

§ IV

Para bem se executaram as Providências, que deixamos descritas, necessitava-se de gente de trabalho, especialmente daquela, que compõem o ínfimo corpo da plebe; porém quase toda havia desertado da cidade, buscando suas pátrias, uns pelo temor de novo castigo Divino, outros por se pouparem ao trabalho, que em tais circuntâncias previam lhes havia de ser mais pesado, que útil, pela pobreza, a que viam reduzida Lisboa.

Promptamente se ocorreu a este mal, expedindo-se Cartas Circulares a todos os Corregedores das Comarcas do Reino, para que fizessem guardar as estradas, e barcas de passagem com tal aperto, que nenhuma pessoa de qualquer qualidade, e condição que fosse, pudesse avançar seu caminho, e menos sair do Reino, ou ainda dentro dele passar de uma para outra Província, sem levar Passe, que lhes franqueasse as estradas; e que entre estes aqueles homens, que antes viviam de seu ínfimo serviço ao povo, esses vivessem logo reconduzidos em levas, até serem entregues nesta Corte à ordem do Duque Regedor das Justiças. Esta Providência, bem avaliada

pela política mais fina, parece, que por sua especial utilidade leva entre todas a primazia.

DOCUMENTOS DA PROVIDÊNCIA III

Curar os feridos, e doentes, que estavam desamparados nas ruas, em perigo certo de morrerem.

I

Aviso para o Monteiro mor do Reino, em que se lhe ordena, que com o Contador geral do Exército estabeleçam no Convento de S. João de Deus a Vedoria, e Hospital para os soldados doentes.

Sua Majestade tem resoluto, que o Hospital para se curarem os Militares se erija no Convento de S. João de Deus, de que se fez aviso ao Marquez Estribeiro mor; e da mesma forma baixou resolução à Junta para o mesmo Convento se fazer o expediente das Vedorias: E é o mesmo Senhor servido, que V. Senhoria passe ao mesmo Convento com o Contador Geral do Exército, e que com o Visitador, Provincial, e Prior elejam o melhor cómodo afim para assistência dos enfermos, como para a referida Vedoria, sem contudo se fazer opressão ao mesmo Convento: dando V. Senhoria as Providências necessárias, para que com o Almojarife, Escrivão, e Serventes se possa logo tratar de matéria tão importante. E do que V. Senhoria encontrar, dará conta por esta secretaria, como também o fará presente na Junta para as mais Providências, que por ela se devem expedir. Deus guarde a V. Senhoria. Paço de Belém, a 23 de Novembro de 1755. - Sebastião José de Carvalho e Melo.

II

Aviso para o D. Abade do Mosteiro de S. Bento da Saúde, em que se lhe ordena, que dê faculdade para no seu Convento se recolherem os feridos do Hospital Real.

Sua Majestade sendo informado da impossibilidade, que há no Hospital Real de Todos os Santos para receber os muitos doentes, que nele concorrem; e da disposição, que sempre se acha no religioso ânimo de V. P. para exercitar os actos meritórios aos olhos de Deus: Me manda significar

a V.P., que será do seu Real agrado, que V.P. permita ao enfermeiro mor recolher no Celeiro desse Mosteiro os feridos do dito Hospital, enquanto nele se não concluem as comodidades interinas, que se acham próximas a findarse. Deus guarde a V. P. Paço de Belém, a 28 de Fevereiro de 1756.-Sebastião José de Carvalho e Melo.

III

Aviso para o Monteiro mór do Reino, em que de lhe ordena, que para a cura dos doentes do Hospital Real, tanto de febres, como de outras enfermidades semelhantes, se sirva do Celeiro do Mosteiro de S. Bento da Saúde.

Sua Majestade atendendo à falta, que V. Senhoria representou, que havia no Hospital Real de Todos os Santos, para se recolherem os doentes que nele se curam com o reparo necessário: é servido, que V. Senhoria, conservando, e recebendo no dito Hospital, e mais lugares, que actualmente se ocupam por conta dele, os doentes de febres, e de outras enfermidades semelhantes, se sirva para a cura de todos os feridos presentes, e futuros, do Celeiro do Mosteiro de S. Bento da Saúde, que já se ocupou na ocasião do terramoto; o que o mesmo Senhor mandou significar ao D. Abade do dito Mosteiro, que somente serviria para se curarem feridos. Com o que ficaram livres os lugares, que estes ocupavam, para a acomodação dos outros enfermos. Deus guarde a V. Senhoria. Paço de Belém, a 28 de Fevereiro de 1756 = Sebastião José de Carvalho e Melo.

IV

Aviso para o Duque Regedor aprovando-lhe o seu parecer sobre a acomodação dos enfermos do Hospital Real no Celeiro do Mosteiro de S. Bento, e se cobrirem as enfermarias do dito hospital.

ILLmo. EXmo. Senhor

Sendo presente a S. Majestade o aviso que V. Excelência me dirigiu em 18 do corrente sobre a falta de cómodos para se curarem os enfermos do Hospital Real: foi o mesmo Senhor servido aprovar o parecer de V. Ex^a, e na conformidade dele mandou avisar ao Monteiro mor do Reino, e ao D. Abade do Mosteiro de S. Bento da Saúde, para que os feridos presentes,

e futuros sejam transportados para o Celeiro do dito Mosteiro. Também S. Majestade se conformou com o parecer de V. Ex^a, pelo que pertence a se cobrirem as enfermarias do referido hospital com a telha, que se acha nas ruínas das casas, que servirão de tesouro no Castelo de S. Jorge. Deus guarde a V. Ex^a. Paço de Belém, a 28 de Fevereiro de 1756 = Sebastião José de Carvalho e Melo.

V

Aviso para o Duque Regedor, aprovando-lhe o seu parecer sobre se recolherem os doentes do Hospital Real para as quatro enfermarias, que se achavam concluídas no dito hospital.

ILLmo. Exmo. Senhor

Fazendo presente a S. Majestade o aviso, que V. Ex^a me dirigiu na data de 24 do corrente, sobre se acharem concluídas as quatro enfermarias térreas: foi o mesmo Senhor servido conformar-se com o parecer de V. Ex^a, e em virtude dele mandou escrever ao Monteiro mor do Reino, o que consta da cópia do aviso que remeto a V. Ex^a, para lhe ser presente o que S. Majestade determinou. Deus guarde a V. Ex^a. Paço de Belém a 26 de Maio de 1756 = Sebastião José de Carvalho e Melo.

VI

Aviso para o Monteiro mor do Reino, em que se lhe ordena, que os doentes, que estavam nos Celeiros do Conde de Castelo-Melhor, no Mosteiro de S. Bento, e nas casas de D. Antão de Almada, passassem somente os homens para as quatro enfermarias, se achavam reparadas no Hospital Real, ficando as mulheres nos Celeiros do Conde de Castelo-Melhor.

A S. Majestade foi presente acharem-se concluídas as quatro enfermarias térreas que foi servido mandar fabricar, para se curarem os doentes, e ainda que nelas cabem todos os doentes, e feridos, que actualmente se curam nas Casas de D. Antão de Almada, nos Celeiros do Conde de Castelo-Melhor, e no Mosteiro de S. Bento da Saúde; contudo é S. Majestade ordenar que só passem os homens doentes para as novas enfermarias, principiando pelos que se acham nas Casas de D. Antão de Almada: que as mulheres fiquem por ora nos Celeiros do Conde de

Castelo-Melhor, em quanto se não fazem os concertos das enfermarias de S. Camilo e S. Francisco; e que os setenta feridos, que se acham no Mosteiro de S. Bento, se conservem nele, enquanto se não lhe disputa enfermaria separada no mesmo edificio, que não foi queimado.

Para se evitarem alguns graves inconvenientes: é outrosim S. Majestade servido, que V. Senhoria ordene, que nas enfermarias não tenham comunicação os homens com as mulheres: que não se ajuntem os feridos com os doentes de febres: e que se não consinta, que em cada cama esteja mais de uma pessoa. O que V. Senhoria fará se observe com a maior exactidão. Deus guarde a V. Senhoria. Paço de Belém, a 26 de Maio de 1756 = Sebastião José de Carvalho e Melo.

VII

Aviso para o Duque Regedor, em que se lhe ordena, nome número de pessoas para receber as camas, que S. Majestade mandou dar para os presos doentes do Limoeiro; e faça reparar a enfermaria, que está na Casa das Audiências.

ILLmo. Exmo. Senhor

S. Majestade atendendo com a sua Real clemência à urgente necessidade, que padecem os presos do Limoeiro, que nele se acham doentes por falta de camas para descansarem nas suas enfermidades; mandou ordenar ao Tenente General da Artilharia do Reino, que das barracas, e camas, que se acham naqueles armazéns, dê à ordem de V. Ex^a aquelas, que necessárias forem na conformidade do aviso incluso, que o mesmo Senhor manda remeter a V. Ex^a pela cópia que vai junta, para V. Ex^a nomear a pessoa que há-de receber as ditas camas e guardá-las e distribuí-las com a devida arrecadação.

E sendo presente a S. Majestade, que devendo servir-se á enfermaria, que está na Casa das Audiências, pela entrada principal da Relação se acha nela uma parede, que necessita de pequenos reparos mediante os quais ficará a mesma enfermaria servindo sem perigo dos que nela entrarem e os presos com maior segurança: é o mesmo Senhor outrosim servido, que V. Ex^a mande fazer os sobreditos reparos pelo Mestre Pedreiro,

que lhe parecer, que os pode expedir com maior brevidade. Deus guarde a V. Ex^a. Paço de , Belém, a 17 de Agosto de 1756 = Sebastião José de Carvalho e Melo.

VIII

Aviso para o Duque Regedor, ordenando-lhe faça recolher as mulheres doentes do Celeiro do Conde de Castelo-Melhor para as enfermarias do Hospital Real.

ILLmo. Exmo. Senhor

A S. Majestade fiz presente o aviso de V. Ex^a de 30 de Novembro próximo passado: e é o mesmo Senhor serviço, que visto se acharem promptas as duas enfermarias, de que nele se faz menção, ordene V. Ex^a ao Syndico do Hospital, que mande logo fazer a mudança das mulheres doentes, assim de febres, como de feridas, que se acham nos Celeiros, e Armazéns das Casas do Conde de Castelo-Melhor às Portas de S. Antão, para as ditas enfermarias. Deus guarde a V. Ex^a. Paço de Belém, a 5 de Dezembro de 1756 = Sebastião José Carvalho e Melo

APÊNDICE B

PUBLICAÇÃO:

ESPARSOS. PP 238 - 242

POR JOSE MARIA ANTÓNIO NOGUEIRA. IMP.

UNIVERSIDADE COIMBRA 1934

EXTRACTO:

”S. Majestade é servido ordenar, que V.Ex^a convoque todos os médicos e cirurgiões da corte, e que dividindo-os nas turmas que lhe parecer, os mande assistir repartidamente aos enfermos e feridos que se acham em diferentes cercas religiosas e outros diferentes campos da mesma corte e subúrbios dela, sem que em tudo de falte aos que estiverem mais distantes, quando o peçam, assistindo V. Senhoria com a botica do Hospital a todas as sobreditas enfermidades. Deus guarde a V. Senhoria. Belém a 3 de Novembro de 1755 - Sebastião José de Carvalho e Melo. - Sr. Monteiro Mor do Reino”

”S. Majestade é servido que V. S^a socorra os doentes e feridos de que o encarregou o mesmo Sr. por outro aviso meu, concorrendo para o remédio destes, não só com médicos, cirurgiões e botica, mas também com o alimento necessário, e mandando V. Majestade dar providências ao pagamento dela. Deus guarde a V. S^a Paço de Belém a 4 de Novembro de 1755 - Sebastião José de Carvalho e Melo - Sr. Monteiro Mor do Reino”

”S. Majestade é servido que V. S^a, examinando o fogo que infelizmente corre ainda pelo bairro alto, e se diz ter chegado até à travessa da espera, convoque todas as justiças oficiais dela e artífices que lhe parecerem necessários, mande V. S^a tirar os madeiramentos, telhados e madeiras das casas que necessários forem para se cortar o progresso do referido incêndio. Declarando V. S^a a todos os sobreditos, que se não executarem com toda a promptidão as suas ordens, procederá contra eles com a ilimitada jurisdição que o dito Senhor concede por este a V. S^a, para o referido efeito. Deus guarde a V. S^a Paço de Belém, a 5 de Novembro de 1755 - Sebastião José de Carvalho e Melo - Senhor Monteiro Mor do Reino ”

Pelo que respeita aos doentes do Hospital, também não faltaram as adequadas providências:

”Sendo presente a S. Majestade que nas portas de Santo Antão se acham umas lojas aonde podem reparar-se da inclemência do tempo, os pobres enfermos do Hospital Real, e os feridos dele. É o mesmo Senhor servido que V. S^a acomode nas mesmas lojas os sobreditos. Ordenando a todos os ministros e oficiais que executam todos os seus mandatos ao dito respeito, e cominando-lhes, pela apresentação deste aviso, que do contrário se dará o dito senhor por muito mal servido, e lhe fará tomar estreita conta de todo o detrimento que padecerem os miseráveis enfermos e feridos, na extrema necessidade de socorro em que se acham. Deus guarde a V. S^a Paço de Belém a 10 de Novembro de 1755 - Sebastião José de Carvalho e Melo - Sr. Monteiro Mor do Reino.”

”Fiz presente a S. Majestade o que V.S^a me disse ontem, sobre o ficar o Hospital em o convento de S. João de Deus, e o mesmo Sr. disse que

tudo se podia acomodar ao dito convento, não só o dito Hospital, mas também a védoria.

Pelo que respeita ao dinheiro que se achou junto á védoria, como se acha em deposito, depois se averiguará se tem dono, para que no caso de se não achar se aplicar ao Hospital Real de Todos os Santos. Deus guarde a V. S^a Paço de Belém a 23 de Novembro de 1755 - Diogo de Mendonça Corte Real - Sr. Monteiro Mor do Reino”.

Esta resolução de colocar o Hospital no convento de S. João de Deus, não se executou, julgando-se melhor arranjar, provisoriamente, algumas enfermarias no próprio local do Hospital, do lado do Poço do Borratem ou Camilos, e assim se fez.

”Sua Majestade encarregou ao Duque regedor da casa da Suplicação de mandar fazer promptas, no mesmo sítio do Hospital Real do Rocio, as acomodações interinas que necessárias forem para se repararem os enfermos das injúrias do tempo; empregando na brevidade desta obra da real piedade e desta indispensável urgência, os muitos ministros e oficiais que se acham debaixo da sua jurisdição, o que o mesmo Senhor me manda participar a V. S^a, para que V.S^a ordene ao tesoureiro e oficiais da fazenda do dito Hospital que contribuam com o dinheiro que for necessário para a dita obra, nos termos competentes que forem concordados com o Bacharel Manuel Madeira de Sousa. Deus guarde a V. S^a Paço de Belém, 5 de Dezembro de 1755 - Sebastião José de Carvalho e Melo. - Sr. Monteiro Mor do Reino”.

Bibliografia

- Araújo, A. C. (2005). *O Terramoto de 1755, Lisboa e a Europa*. Ed. Clube dos Coleccionadores dos Correios, Lisboa.
- Bandeira, R. (2008). *Medicina de Catástrofe – da Exemplificação Histórica à Iatroética* (Dissertação de Doutoramento). ICBAS, U Porto.
- Brandão, J. (1990). *Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552*. Livros Horizonte, Lisboa.
- Buescu, H. C., Carvalho, M., Costa, F. G., Flor, J. A. (2006). *1755: Catástrofe, Memória e Arte*. Ed Colibri, Lisboa.
- Carmona, M. (1954). *Hospital Real de Todos os Santos da Cidade de Lisboa*, Imprensa Portuguesa, Porto.

- Costa, A. N. (1964). *Pombal, Mentira Histórica*. Ed. Autor, Lisboa.
- Fuilla, C. (2011). Seisme d' Haiti. Stratégie d'assistance médicale. *Urgences, SFMC*, cap. 56: 1-11
- Gil-Vicente (1907). Obras, vol I. França Amado Ed, Coimbra.
- Gunn, S. A. (1992). Le Medecin et les Catastrophes. *Revue de L'Ameliasap* 13: 20-23.
- Henriques, M. C., Mouzinho, M. T., Ferrão, N. M. (1988). *Sismicidade de Portugal*. Comissão para o Catálogo Sísmico Nacional, Lisboa.
- Hodgetts, T. J., Brett, A. (1999). Major Incidents. In: Graves, I., Porter, K. (Eds) *Pre- Hospital Medicine. The principles and practice of Immediate Care*.
- Huguenard, P. (1996). *Traité des Catastrophes*. Elsevier. Paris
- Lúcio-d'Azevedo, J. (1922). *O Marquês de Pombal e a sua Época*. 2ª ed. An. do Brasil, Seara Nova, Rev. Portuguesa Eds, Rio de Janeiro.
- Machado-de-Sousa, M. L., Nozes, J. (1990). *O Terramoto de 1755, Testemunhos Britânicos*. Lisóptima Ed, Lisboa.
- Moita, I. (1992). *V Centenário do Hospital Real de Todos os Santos*. Ed. Clube dos Coleccionadores dos Correios, Lisboa.
- Moreira, V. (1991). *Sismicidade Histórica de Portugal Continental*. Inst. Nac. Met. e Geofísica (Sep).
- Nogueira, J. M. (1934). *Esparsos*. Imp. da Universidade, Coimbra.
- Noto, R., Huguenard, P. Larcán, A. (1994). *Médecine de Catastrophe*, 2ª Ed, Masson, Paris
- OL, F. A. (1756). *Carta vinda da Cidade de Pádua*. Domingos Rodrigues, Lisboa, 8 p .
- Oliveira, C. R. (1987). *Lisboa em 1551, Sumário*. Livros Horizonte, Lisboa.
- Pia, M., Gardanne, M. (1790.) Avisos Interessantes sobre as Mortes Aparentes. Recopilados da Col. Soc. Humana de Inglaterra. *Ac. Real das Sciencias*, Lisboa
- Pombal, M. (1833). Cartas e outras Obras Selectas, vol IV. Marquês Leão, Lisboa, pp 75-83 .
- Portugal, F., Matos, A. (1974). *Lisboa em 1758*. Câmara Municipal, Lisboa.
- Ribeiro, Sanches A. (1763). Obras – *Método para aprender a estudar a Medicina – Cartas sobre a Educação da Mocidade*, Vol I, Ed. 1959, Un Coimbra. Coimbra
- Salvado, M. A. (1993). Catástrofes Naturais na Visão de Amato Lusitano. *Med. na Beira Interior, Cadernos de Cultura* 6: 15-19.
- Santos, H. (1995). Bombeiros Portugueses, Síntese de 600 anos de acção. In: SNB/LBP(Eds) *Bombeiros Portugueses, Seis Séculos de História*. Vol I. Lisboa pp 13-42.
- Santos, P. B., Rodrigues, T., Nogueira, M. S. (1987.) *Lisboa Setecentista Vista por Estrangeiros*. Livros Horizonte, Lisboa.
- Saraiva, J. H. (1993). *História de Portugal*. Publ. Europa-América. Mem-Martins.
- Sotto-Mayor, M. (1906). *O Marquez de Pombal*. Victorino da Motta Ed, Porto.
- Sousa, J. C. (1982). *Colectânea Olissiponense*. Vol I. 2ª ed. Câmara Municipal , Lisboa.
- Themudo-Barata, M., Braga, L., Wagner, N., Guerre, B., Alve, S. F., Neto, J. (1988). *Sismicidade de Portugal. Estudo da Documentação dos Séculos XVII e XVIII*. Gabinete de Protecção e Segurança Nuclear, Lisboa, 2 vols.
- Valente, R. H. (1995). Os Bombeiros e a Marinha. In: SNB/LBP(Eds) *Bombeiros Portugueses, Seis Séculos de História*. Vol I. Lisboa pp 245-256.